



LEI MUNICIPAL Nº 3.661 DE 22 DE SETEMBRO DE 2014

Autoria: Poder Legislativo
Ver: Gustavo Bagnoli

Dispõe sobre entrega domiciliar de medicamentos a pacientes devidamente cadastrados nos programas de hipertensão e diabetes, desenvolvidos na rede básica da Secretaria Municipal de Saúde e dá outras providências”

DENIS EDUARDO ANDIA, Prefeito do Município de Santa Bárbara d'Oeste, Estado de São Paulo, no uso das atribuições que lhes são conferidas por Lei, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona e promulga a seguinte Lei Municipal:

I – DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

Art. 1º A presente lei visa à distribuição gratuita em domicílio de medicamentos de uso contínuo às pessoas com deficiência motora, multideficiência profunda com dificuldade de locomoção e idosos.

Art. 2º Para efeitos dessa Lei, considera-se pessoa com deficiência motora toda aquela que, por motivo de lesão, deformidade ou enfermidade, congênita ou adquirida, seja portadora de deficiência motora, ao nível dos membros inferiores ou superiores, que:

Parágrafo único. Dificulte a locomoção na via pública sem auxílio de outrem ou sem recurso a meios de compensação, nomeadamente próteses e ortóteses, cadeiras de rodas, muletas e bengalas, no caso de deficiência motora ao nível dos membros inferiores;

Art. 3º Para efeitos dessa Lei, considera-se pessoa com multideficiência profunda qualquer pessoa com deficiência motora que, para além de se encontrar nas condições referidas no artigo anterior, enferma cumulativamente de deficiência sensorial, intelectual ou visual de carácter permanente de que resulte um grau de incapacidade igual ou superior a 90%.

Art. 4º Para efeitos dessa Lei, considera-se idoso a pessoa com idade igual ou superior a 60 (sessenta) anos.



Art. 5º Para efeitos dessa lei considera-se medicamento de uso contínuo todo aquele que o município disponibiliza nas Unidades Básicas de Saúde para a população, tanto adquirido de terceiros como os fornecidos pelo estado. A lista de medicamentos de uso contínuo será fornecida pela Secretaria Municipal de Saúde, utilizando como base a Relação Nacional de Medicamentos Essenciais (RENAME).

II – DO CADASTRAMENTO

Art. 6º O cadastramento do usuário, para receber o medicamento de uso contínuo gratuitamente será realizado nas Unidades de Saúde, sendo as informações constantes do formulário transcrito para cadastro eletrônico interligado entre as unidades.

§1º Em caso de impossibilidade de comparecer presencialmente à Unidade de Saúde, o cadastramento poderá ser realizado por procurador, através de instrumento particular de procuração, e no caso dos incapazes por seu representante legal.

§2º São documentos necessários para o cadastramento:

I – formulário “Solicitação de Auxílio de Entrega Domiciliar de Medicamento de Uso Contínuo”, devidamente preenchido;

II – declaração médica preenchida, assinada e carimbada pelo médico que vem acompanhando a doença;

III – cópia do documento de identidade e CPF, quando o beneficiário não for o titular;

IV – receita médica original, em papel timbrado do médico ou do estabelecimento onde a consulta foi realizada, devendo constar os seguintes itens:

V – nome do paciente;

VI – nome, apresentação e dose diária da medicação;

VII – assinatura e carimbo com o nº do CRM do médico;

VIII – endereço completo com CEP;

IX – cópia do comprovante de residência;



Art. 7º O cadastramento só será efetivado, com a devida comprovação de que o cadastrante esteja dentro dos parâmetros estabelecidos no artigo 1º, caso contrário não será efetuado o cadastro.

Art. 8º A partir do efetivo cadastramento, o cadastrado será automaticamente incluso no programa de entrega gratuita de medicamento de uso contínuo.

III – DO MEDICAMENTO

Art. 9º São medicamentos de uso contínuo aqueles empregados no tratamento de doenças crônicas e/ou degenerativas, utilizados continuamente.

Art. 10º A Secretaria Municipal da Saúde reserva-se o direito de fornecer medicamentos genéricos em substituição ao produto de marca, sempre que possível e de acordo com a Lei 9.787, de 10/02/99.

Art.11 O medicamento que será entregue, deverá ser descrito na receita médica, não podendo haver substituição, sem determinação do médico, com exceção dos medicamentos descritos no art.10º.

IV – DA DOSE DO MEDICAMENTO

Art. 12 O medicamento a ser entregue, obrigatoriamente deverá ser suficiente para, no mínimo, 1 (um) mês de uso contínuo.

V – DA ENTREGA DO MEDICAMENTO

Art. 13 A entrega do medicamento deverá ser efetivada:

§1º Pela Secretaria Municipal de Saúde, através do Programa Saúde.

§2º Por terceiros, se o responsável pela entrega entender necessário.

Art.14 A entrega será realizada, após cada prescrição médica apresentada na Unidade de Saúde, determinada dentro do prazo estipulado para término do medicamento, ou seja, o paciente não poderá ficar sem o medicamento. A validade máxima é de 6 (seis) meses, para a concessão do benefício, a qual poderá ser renovada por igual período sucessivamente, com a expedição de uma nova prescrição médica, a cada novo período, se necessário.



Art.15 A entrega do medicamento não poderá ser interrompida sem a autorização do médico, em hipótese alguma. Caso seja interrompida a entrega do medicamento sem autorização médica, os responsáveis pela interrupção do fornecimento ficarão sujeitos às penalidades descritas no artigo 17º, salvo por motivo de força maior.

VI – DA CESSAÇÃO DA ENTREGA

Art.16 Cessará a entrega do medicamento de uso contínuo quando:

§1º Terminar o prazo de 6 (seis) meses da data da prescrição médica, sem que haja sido renovada a entrega com nova prescrição.

§2º Quando o médico solicitar através de prescrição médica que o paciente não necessita mais fazer uso do medicamento.

§3º Quando for detectada fraude na concessão do benefício, restando seus autores sujeitos a responder por seus atos judicialmente.

VII – DAS PENALIDADES

Art. 17 Ficarão sujeitos à sanções administrativas em consonância com o processo legal, aquele que por negligência, imprudência, imperícia ou agir dolosamente, contribuir para que o medicamento não seja entregue, até a data estipulada prevista no art. 14º, ou, cesse a entrega do medicamento sem que haja alguma das razões estipuladas no art.16º.

VIII – DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 18 A presente lei deverá ser regulamentada pelo Poder Executivo no prazo de ate noventa dias após sua publicação.

Art. 19 Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Santa Bárbara d'Oeste, 22 de setembro de 2014.

DENIS EDUARDO ANDIA
Prefeito Municipal